



Texto atualizado apenas para consulta.

**LEI Nº 566, DE 14 DE OUTUBRO DE 1993**<sup>1</sup>

**Concede transporte gratuito as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental e dá outras providências.**

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL,

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** É assegurada a gratuidade no uso dos transportes coletivos do DF aos portadores, em grau acentuado, de deficiências físicas, mentais e sensoriais, com renda de até 3 (três) salários mínimos, e respectivos acompanhantes, quando comprovadamente necessários.<sup>2</sup>

§ 1º Para o disposto neste artigo, considera-se grau acentuado de deficiências física, mental e sensorial:

I – portador de deficiência da visão:

a) cego: aquele que possui acuidade entre 6/60 ou menor no melhor olho, com a correção apropriada, ou limitação tal no campo da visão, que o maior diâmetro do campo visual subentende distância angular não superior a 20 graus;

b) visão subnormal: aquele que possui acuidade entre 6/20 e 6/60 no melhor olho, após correção máxima;

II – portador de deficiência auditiva: aquele que possui perda neurossensorial bilateral igual a 70 decibéis ou maior;

III – portador de deficiência física: aquele que possui atrofia, ausência de membro ou seqüela que impeça ou dificulte os movimentos dos membros superiores, inferiores ou tronco;

IV – portador de deficiência mental: aquele que apresenta defasagem em seu desenvolvimento mental, ainda que seja capaz de apresentar satisfatória adaptação social através de atuação independente na comunidade e de obter adequação ocupacional.

§ 2º Para usufruir da gratuidade de que trata esta Lei, os beneficiários deverão portar carteira de identificação fornecida pelo Governo do Distrito Federal.

§ 3º Os acompanhantes dos deficientes a que se refere este artigo somente poderão se valer do benefício da gratuidade quando estiverem assistindo àqueles.

**Art. 2º** Fica o Poder Executivo autorizado a estender a concessão da gratuidade referida no *caput* do art. 1º aos idosos maiores de 60 (sessenta) anos e aos menores carentes que comprovadamente contribuam para a renda das respectivas famílias.

<sup>1</sup> Ver também Lei nº 4.317, de 2009.

<sup>2</sup> Ver também Leis nºs 4.582, de 2011, e 4.887, de 2012.



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

---

**Art. 3º** As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações da Secretaria do Desenvolvimento Social e Ação Comunitária.

**Art. 4º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 45 dias.

**Art. 5º** Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de outubro de 1993  
105º da República e 34º de Brasília

**JOAQUIM DOMINGOS RORIZ**

*Este texto não substitui o publicado no [Diário Oficial do Distrito Federal](#), de 15/10/1993.*